



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADCM/3/2024

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Objeto do Contrato

Estabilização de Assentamento do Pavimento Térreo - Restauração de Estruturas com injeção de Resinas - Tecnologia Inovadora - EB 1 Reguengo Grande.

2 - Tipo do contrato

Empreitadas de Obras Públicas.

3 - Categorias e sub-categorias de alvará/título de registo necessárias

Alvará 107037 – PUB

4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Reparação e manutenção de instalações com a referência interna 45259000-7.

5 - Prazo da execução do contrato

7 Dias

6 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Lourinhã, situada em Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com os números de telefone 261410100 e de fax 261410108 e com o endereço eletrónico geral@cm-lourinha.pt

7 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidente de CM da Lourinhã Competências Próprias.

8 - Plano Anual de Contratação

646 - Estabilização de Assentamento do Pavimento Térreo - Restauração de Estruturas com injeção de Resinas - Tecnologia Inovadora - EB 1 Reguengo Grande

9 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Sim

10 -

Previsão de renovações

Não

11 - Contrato adequado para PME

Sim

12 - Gestores de contrato

Carlos Manuel Dionísio dos Santos

13 - Critério

O procedimento será realizado através do critério material, ao abrigo do disposto na alínea e.ii do número 1 do artigo 24.º do CCP.

14 - Fundamentação na escolha do critério material

Declaração que confirma que utilizam tecnologia inovadora, única e patenteada e que em Portugal só eles é que são representantes legais.

15 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do Código dos Contratos Públicos

16 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

17 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não

18 - Preço Base

O preço base fixado será de 55.219,00 euros.

19 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podendo para o efeito ser usado o nexo I ao CCP e ao presente convite e que deverá estar de acordo com os n.os 4 e 5 do mesmo artigo; (Formato PDF);
- b) Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes elementos relativos aos aspetos submetidos à concorrência (atributos da proposta) pelo caderno de encargos:
 - I. Lista de preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução;
 - II. Para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, declaração do preço total máximo proposto, indicado sem IVA, o qual deverá incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo B;
 - III. Preço total, com discriminação dos respetivos preços parciais dos trabalhos que propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo IMPIC, de acordo e com os efeitos previstos no artigo 60.º, n.º 4, do Código dos Contratos Públicos podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo G.;
- c) Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes elementos relativos aos aspetos não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, tendo em conta o Planeamento das Operações de Consignação e o Projeto de Execução - Anexo I ao Caderno de Encargos, Plano de Trabalhos, nos termos do artigo 361.º do CCP, destinando-se, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executá-los;;
- d) Cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes de execução de trabalhos a que correspondem diferentes fórmulas de revisão de preços;;
- e) Subscrever declaração de inexistência de conflitos de interesses (cfr. anexo F) (Formato PDF);
- f) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt). (Formato PDF);
- Subscrever declaração de consentimento - Titular de dados pessoais (cfr. anexo H);. (Formato PDF).

20 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

21 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Declaração, indicando o nome do DIRETOR DE OBRA, a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, conforme modelos constantes do anexo E do presente convite devendo esta informação ser acompanhada por:
 - i) Termo de responsabilidade subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra;
 - ii) Comprovativo da Contratação de seguro de responsabilidade civil válido, relativo à direção da obra.;

- Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- ;
- Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes dados ou reprodução (se optar por esta última, o envio das cópias dos documentos de identificação, pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro):
 - a) Número de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
 - b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
 - c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
- A habilitação, designadamente a titularidade de alvará e certificado de empreiteiro de obras públicas, bem como o modo de apresentação desses documentos, obedece às regras e termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das obras públicas;
- Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo II do Convite;
- Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual - ou o respetivo código de acesso;
(O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>).

22 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 2 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

23 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

Habilitação para o exercício da atividade profissional:

Sim

Tipo de Habilitação para o exercício da atividade profissional:

Alvará.

Descrição

Alvará 107037 – PUB

24 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 4 dias a contar a partir da datado envio dos convites, até às 23 horas e 59 minutos.

25 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

26 - Elementos da proposta

A proposta deverá conter:

- Indicar nos termos da Certidão de teor do pacto social da empresa quais os responsáveis com poderes necessários que são conferidos para obrigar a sociedade ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt). .

27 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

28 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente.

29 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.